

Hora de acordo

Esta segunda-feira ganhou um significado especial no calendário econômico do semestre. É o dia em que o Brasil tem de pagar 1,6 bilhão de dólares de juros aos bancos privados estrangeiros, que estão entre seus maiores credores. Não é, certamente, um montante pequeno. Por outro lado, se fosse apenas isso o seu pagamento não levaria o País à falência. Mas, como se trata de mais uma parcela de tantas outras que devem ser saldadas regularmente, o seu pagamento, neste instante difícil da conjuntura brasileira, seria muito maior do que o valor expresso em dólares.

Com base nessa situação elementar, o Governo apresentou aos credores internacionais uma proposta pela qual a quitação da elevada parcela estaria condicionada ao ingresso de novos capitais, vale dizer, o chamado dinheiro novo. O que o Brasil deseja é que os credores liberem a última parte de um acordo de crédito firmado há um ano, no valor de 5,2 bilhões de dólares.

O não-pagamento da parcela, no dia de hoje, não é apresentado entretanto como um ato político de moratória, como se fez no passado. Não é enfrentamento do País com seus credores. Ao contrário, o clima é de paz e de negociação. No final de semana, o funcionário brasileiro encarregado de dialogar com os banqueiros passou o tempo em Nova Iorque aprofundando tais relações. O próprio ministro da Fazenda, Maílson da

Nóbrega, que hoje se reúne com seus colegas latino-americanos no México, também estará em Nova Iorque, na quarta-feira, para um diálogo direto com os banqueiros.

Esse clima distinto do que vigorou na fase da moratória também é acompanhado, com simpatia, pelo FMI, ao qual o Brasil solicita um crédito de emergência que permita saldar parte da parcela devida hoje aos bancos privados. Se o objetivo for alcançado, abre-se também o caminho para o ingresso de dinheiro novo, cerca de três bilhões de dólares, procedentes do Japão, do Bird e de bancos comerciais.

Não é, portanto, uma situação desesperadora. Mas nem por isso deixa de ser grave. E mostra, sobretudo, estarem certos o Brasil e outros países em desenvolvimento quando procuram um entendimento político intergovernamental para que o pagamento da dívida, especialmente de suas parcelas amortizadoras, não represente compromisso acima do que as nações efetivamente podem pagar.

Embora afastada a hipótese irresponsável de calote e mesmo considerando que qualquer tomador de empréstimo conhece os riscos das altas de juros, ainda assim o volume do endividamento desses países é acima do normal e pede solução menos convencional, para prevenir um colapso econômico e a anarquia social que inevitavelmente se seguiria.